

CRÓNICA

PATRIMÓNIO CULTURAL DA IGREJA E EVANGELIZAÇÃO

Foi o tema do Simpósio realizado nos dias 4 e 5 de Novembro de 1994, com a presença de cerca de uma centena de pessoas provenientes de diversas instituições e localidades do país. Promovido no âmbito da exposição «Encontro de culturas: oito séculos de missão», que esteve patente nas instalações do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, a iniciativa foi da responsabilidade do Comissariado daquela exposição e da Comissão Nacional de Arte Sacra e Património Histórico da Igreja. O programa decorreu conforme o previsto e as principais alocações foram já publicadas pelo *Boletim de Pastoral Litúrgica*, nº 77 (Jan.-Março 1995).

O encontro teve a participação de técnicos responsáveis e estudiosos das mais variadas proveniências, facto que veio enriquecer o encontro, tanto nos debates quanto nas conversas pessoais, pela troca de ideias e informações que permitiu. No entanto, a estrutura do encontro e a polarização de certos debates na relação institucional Igreja-Estado, entre outros factores, nem sempre permitiram o aprofundamento de ideias que o tema merecia.

É de sublinhar positivamente a presença e empenho dos responsáveis eclesiais e de alguns representantes do Estado e principais organismos oficiais. Registe-se a participação directa e continuada de diversos membros do Episcopado: o Presidente da Comissão Episcopal respectiva, D. António Francisco Marques; o Secretário da Conferência Episcopal de Portugal, D. Albino Cleto; e ainda o D. Manuel Falcão, bispo de Beja. Em representação do Estado, na abertura dos trabalhos, esteve presente o Sub-Secretário de Estado da Cultura Dr. Manuel Frexes e o Presidente do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), a par da presença continuada de alguns directores e técnicos deste e outros organismos, como o I.P.M. (Instituto Português de Museus). A participação de alunos e docentes de instituições e escolas profissionais de arte e restauro é um facto muito positivo, pela sensibilização a certas dimensões e aspectos específicos da utilização e produção do património histórico de natureza religiosa.

O património histórico da Igreja

Sem entrarmos num debate teórico sobre a noção de património histórico — e registe-se significativamente o facto da Comissão Nacional da Igreja se intitular,

simultânea e, algo pleonasticamente, de Arte Sacra e Património Histórico —, ressaltam, desde logo, três questões que atravessam qualquer reflexão sobre o tema.

A primeira prende-se com a noção do património *histórico*: todo o património que a Igreja produziu e/ou utiliza ao longo da sua história, torna-se património *histórico*, o que não significa necessariamente património morto ou fora de uso. Um cálice feito de qualquer madeira local ou uma casula ricamente bordada com o ouro do Brasil do século XVIII, são ambos património com determinado significado histórico e artístico, assim como objectos de culto que poderão eventualmente continuar a ser usados pela comunidade religiosa ou Igreja local que a eles tenham acesso. E pese embora a ideia — bem defendida no encontro por D. Albino Cleto — de que a utilização das pessoas é uma boa forma de salvaguarda do património, subsiste a questão de determinar regras e condições que garantam o necessário equilíbrio entre a utilização e a preservação do património de que a Igreja é detentora.

Por outro lado, não só a Igreja utiliza e deverá continuar a utilizar objectos produzidos há 50, 100 ou 300 anos — pense-se nas obras de arte, como as telas das Igrejas, por exemplo —, como a Igreja continua hoje a produzir património que, em breve, terá um valor histórico, hoje desconhecido ou mal apreciado. Por exemplo: como assegurar atempada e organizadamente, a salvaguarda de certos arquivos relativos a iniciativas ou obras de fraca institucionalização, tão características da história mais recente do catolicismo?

A segunda questão prende-se com a grande diversidade do património que a Igreja produz, de que é proprietária ou depositária. E se no encontro se reflectiu sobre algumas das grandes áreas patrimoniais, qualquer trabalho sério e continuado não se compadece com grandes generalizações nem amadorismo excessivo. Isto mesmo foi expresso por muitos dos presentes no encontro e é visível nos esforços que se vêm fazendo, tanto a nível eclesial como a nível científico-cultural, no sentido da sua conservação e salvaguarda.

A última questão refere-se à qualificação do que é especificamente considerado património cultural da Igreja. Sendo que o cristianismo contribuiu na definição da matriz cultural da nossa sociedade e que a autonomia das diversas esferas da sociedade relativamente à religião e à Igreja só tardiamente se verifica, tendencialmente boa parte do património histórico português tem sempre alguma relação com a presença da Igreja na sociedade. Daí que o trabalho de reflexão e definição de critérios para a recolha, inventariação e salvaguarda do património histórico, não se possa limitar com definições, mais ou menos artificiais, relativas à actual posse ou depósito das obras em causa. Isto é fundamental para todas as instituições intervenientes: por um lado, o Estado, que não pode ignorar as funções religiosas para que determinados edifícios foram construídos ou objectos foram produzidos, independentemente de eles hoje serem propriedade sua; por outro lado, a Igreja que não pode confinar o seu interesse à salvaguarda dos bens que hoje são propriedade sua ou lhe estão confiados; e, por último, todas as instituições sociais públicas ou privadas (Misericórdias, Confrarias, Associações, Obras Sociais ou de Apostolado), assim como as congregações religiosas, detentoras de rico e diversificado património, devem ser sensibilizadas para o seu valor histórico.

Pelo interesse geral que reveste a sua divulgação, publicam-se em Apêndice, dois documentos oportunamente distribuídos no Encontro, ambos da responsabilidade da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, criada em 1993 (Cf.

João Paulo II, *Motu Proprio «Inde a Pontificatus Nostri initio»*): um sobre Bibliotecas Eclesiásticas na Missão da Igreja; e outro sobre Bens Culturais e Famílias Religiosas.

Entretanto, o encontro foi pretexto para um debate mais aprofundado no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa que, na sua reunião de 19 de Dezembro de 1994, criou um grupo de trabalho para o efeito. Da reflexão já desenvolvida, é possível estabelecer um balanço provisório da situação e extrair algumas linhas de força que o CEHR poderá vir a assumir como prioridades suas.

A situação em Portugal

Detentora de rico, vasto e diversificado património histórico, a Igreja debate-se com diversos problemas a nível da sua salvaguarda e preservação. Esses problemas são de natureza diversa que não cabe aqui analisar. Por outro lado, há que reconhecer que o seu estado de conservação e estudo é muito desigual.

No que se refere à sua conservação, existem algumas experiências de colaboração entre a Igreja e o Estado a nível local e regional (Ex: acordos entre a Secretaria de Estado da Cultura e as dioceses de Coimbra, Évora e Braga para a inventariação do património móvel). Constata-se também a existência de tensões e conflitos tanto no que se refere a aspectos jurídicos (Ex: a nova lei sobre o património cultural), quanto no que se refere à utilização de parte do património arquitectónico.

Por outro lado, apesar dos esforços que a Igreja vem fazendo no sentido de salvaguardar, preservar e divulgar o seu património, existe um longo caminho a percorrer. Neste campo, as prioridades definem-se a vários níveis:

- a) sensibilização dos seus membros e responsáveis para o valor e importância do património histórico de que a Igreja é depositária;
- b) formação de agentes preparados para intervir nos diversos campos da conservação e salvaguarda do património (arquitectónico, móvel e documental);
- c) informação e divulgação do trabalho que vem sendo a ser feito neste campo a nível local e diocesano;
- d) reflexão alargada e aprofundada sobre as bases culturais e científicas deste trabalho, por parte dos diversos intervenientes no processo, independentemente das instituições a que se encontram referenciados;
- e) organização e publicação de instrumentos de trabalho cientificamente válidos que, simultaneamente, permitam estabelecer «pontos de situação», propôr objectivos realizáveis e facilitar o trabalho de campo.

Em síntese, estamos diante de uma tarefa gigantesca. Só a convergência de vontades, a par do amadurecimento de uma reflexão cultural e do aprofundamento de metodologias cientificamente apoiadas, poderão contribuir para o avanço de alguns objectivos comuns: a salvaguarda, estudo e fruição do património histórico de carácter religioso. Não se propõe aqui a indiferenciação ou confusão de papéis dos actores sociais, nem se desvaloriza a legítima diversidade de interesses em jogo. Apenas se propõe um horizonte de reflexão comum, assente na ideia de que todos os intervenientes são depositários de um legado, que pela sua natureza e significado histórico impõe acrescidas responsabilidades sociais, presentes e futuras.

Paulo Fontes

Apêndice Documental

Doc. 1

[Excerto da Carta da Pontificia Comissão de Bonis Culturalibus Ecclesiae aos Arcebispos e Bispos das respectivas Sedes. Roma, 19 de Março de 1994]

Bibliotecas eclesiásticas na missão da Igreja

«Traz contigo também os livros, principalmente os pergaminhos» (2 Tim. 4, 13). Foi esta a recomendação de S. Paulo a Timóteo, enquanto ele estava a reduzir ao essencial a sua vida, que já seria no ocaso e que desejava utilizar, a fim de que «todos os gentios ouvissem a mensagem» (2 Tim. 4, 17).

1. A Igreja, a cultura, os bens culturais, as bibliotecas

1.1. Também a Igreja, instituída por Cristo para levar a mensagem de salvação a todas as gentes e para conservar a sua viva memória, dentro das tradições das sociedades e das culturas, no seio das quais a assimilação da fé germina, tem cuidado «dos livros e dos pergaminhos», porque está animada por um ínfimo interesse pela cultura de cada povo e nação. Ela, com efeito, em todo o arco da sua história, tem-se servido das diferentes culturas, para difundir e explicar a mensagem cristã..., estudá-la e aprofundá-la (Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral «Gaudium et Spes». 7.XII.1965, n. 58). Noutros termos: o anúncio do Evangelho, através da vida e do pensamento da Igreja, comporta, por sua natureza, o desenvolver-se de um processo de «inculturação» que, em definitivo, outro não é senão o conjunto daqueles factos culturais, que são gerados pela «encarnação do Evangelho nas culturas autóctones» e pela «introdução do Evangelho na vida da Igreja» (JOÃO PAULO II, Carta Encíclica «Slavorum Apostoli», 2.VI.1985, n. 21; cfr. «Exeunte Coetu Secundo», Relação final do Sínodo extraordinário 1985, II. D. 4).

Daqui deriva também aquela atitude de extrema atenção que a Igreja católica reserva a todos os testemunhos, de modo especial aqueles mediante a escritura, que encarnam e transmitem os valores da sabedoria dos povos. A simples existência das Bibliotecas eclesiásticas, das quais não poucas são de constituição antiga e de extraordinário valor cultural, é uma demonstração decisiva deste irrenunciável empenho da Igreja, em relação a um património espiritual documentado por uma tradição bibliográfica, que ela concebe, ao mesmo tempo, como bem próprio e como bem universal, ao serviço da sociedade humana.

1.2. As Bibliotecas de propriedade eclesiástica, junto das quais são conservados e tornados acessíveis os monumentos da cultura humana e cristã de todos os tempos, representam um tesouro inexaurível de saber, do qual a inteira comunidade eclesial e a própria sociedade civil podem haurir, no presente, a memória do seu passado.

Mas o interesse específico e primordial que a Igreja tem pelas chamadas «Bibliotecas eclesiásticas» é constituído pelo facto que o «fermento do Evangelho» — do qual a Igreja é ao mesmo tempo guardiã e comunicadora — na medida em que se inseriu, nas diversas disciplinas do saber, deu origem à história cristã e à cultura

cristã ou cristamente inspirada, produzindo uma incrível fermentação do pensamento religioso, literário, filosófico, jurídico, artístico, psicopedagógico, etc.

Por isso, os testemunhos bibliográficos — como os arquivísticos e artísticos — são, para a Igreja, um meio insubstituível para pôr as gerações, que se apresentam à vida e à fé cristã, em contacto com tudo aquilo que o evento cristão tem produzido na história e na reflexão humana, com o objectivo de não as privar da experiência eventualmente já feita pelas gerações precedentes, no álveo da sua respectiva cultura. Pode-se, além disso, dizer que a tradição cristã — garantida na sua indefectibilidade para todas as gerações — encontra nos livros escritos no interior da Igreja um contributo constante para a sua difusão-transmissão, para o seu aprofundamento e a sua compreensão, para a sua inserção viva nas tradições dos povos. Conservar o livro e favorecer a sua leitura e difusão é, por conseguinte, para a Igreja uma actividade bastante próxima — para não dizer um conjunto único — à sua missão evangelizadora.

1.3. Haure origem desta instância suprema — como é a missão evangelizadora da Igreja — o cuidado ininterrupto que a comunidade cristã tem tido ao criar, conservar, enriquecer, defender e tornar desfrutáveis as próprias Bibliotecas. Prova disto é o apelo contínuo dos Pontífices a cumprir essas tarefas, e o cuidado exemplar que algumas comunidades diocesanas e religiosas têm dedicado ao livro. Pelo mesmo motivo, deve ser evitado quanto contrasta com a conservação e a tutela, o cuidado e o incremento, a facilidade de uso e a acessibilidade das Bibliotecas mesmas.

Além disso, aquilo que a Igreja se empenha em conservar nas suas Bibliotecas é hoje, com efeito, mais do que nunca, de vital interesse para o desenvolvimento da cultura. E isto não só em ordem ao conhecimento melhor da tradição religiosa e eclesiástica, mas certamente também da história, das artes e das ciências da civilização a que pertencem e das quais ainda nos nutrimos. É por este motivo que a Igreja — enquanto oferece a todos os povos, nos quais ela vive, a possibilidade de se valer das próprias Bibliotecas — devendo prover às severas obrigações da tutela e de gestão que daí derivam, interpela objectivamente o operoso concurso da sociedade civil: a fim de que também ela, no modo que é próprio, concorra para a salvaguarda, conservação e valorização deste imenso património eclesiástico de valor universal.

1.4. Naturalmente os critérios precisos e as modalidades concretas de apoio recíproco entre a Igreja e Sociedade civil, nesta obra de tutela e de promoção dos bens bibliográficos, deverão ser determinados tendo em conta as diversas situações políticas e o direito vigente em cada um dos Estados. A Igreja católica, por seu lado, cõscia da alta e directa responsabilidade própria quanto a isto, é bastante sensível aos múltiplos sinais de encorajamento que provêm do renovado interesse pelo apreçamento da memória histórica, por parte da cultura hodierna, também daquela não estreitamente académica e especialista. A Igreja propõe-se, por isso, incrementar e valorizar adequadamente, nessa perspectiva, a dimensão pública e social das Bibliotecas da sua propriedade.

Trata-se, afinal, de conceber a convergência e a colaboração com a sociedade civil, não só em vista da conservação e da organização catalográfica das Bibliotecas

eclesiásticas, mas também em vista de uma nova política do apreçamento e do usufruto do seu património bibliográfico. Esta convergência e colaboração serão também facilitadas se as Bibliotecas eclesiásticas participarem, através das redes informáticas nacionais, na comunicação de informações bibliográficas com as outras Bibliotecas eclesiásticas e nacionais. De maneira que a memória histórica, científica, filosófica, religiosa e literária, que as Bibliotecas contêm, possa tornar-se largamente disponível à pesquisa dos doutos e à difusão da cultura, em benefício também das ciências religiosas que, assim, estarão mais presentes no mundo da investigação e da ciência.

Por sua parte, a Igreja deseja conservar plenamente a própria responsabilidade directa pelas Bibliotecas eclesiásticas, considerada a importância que elas têm como instrumento de evangelização.

2. O significado e o valor da instituição bibliotecária na Igreja: um centro de cultura universal

2.1. Não faltando embora, no quadro do seu desenvolvimento histórico, algumas involuções já não compartilháveis hoje, a Igreja concorreu de modo determinante para o plasmar-se das instituições culturais: não raramente com o impulso inovador e com resultados de longa perspectiva. Isto ocorreu, de forma directa ou indirecta, também no que se refere à evolução específica da instituição bibliotecária.

Deste modo, por exemplo, todos conhecem a importância da passagem do «rolo» ao «códice», na perspectiva de uma mais fácil e, portanto, mais vasta distribuição dos documentos escritos, necessários para o desenvolvimento da cultura. A peculiar concepção cristã das «escrituras sagradas», livros veneráveis mas não exotéricos, enquanto matriz de um saber que, por sua natureza, aspira a uma difusão «universal», certamente influiu sobre o processo de «comunicação» e de «difusão» de todas as formas altas da cultura mesma, imprimindo um impulso próprio da época: cujos reflexos não têm deixado de se tornar evidentes, também no plano das instituições sociais e dos reflexos culturais a elas homogêneos. Bastará aqui recordar a influência exercida pela tradição das Escolas Catedrais, dos «Scriptoria» e dos «Studia» monásticos, das Faculdades teológicas, das Academias eclesiásticas: não só na evolução das instituições ligadas à produção e à difusão do saber.

2.2. No âmbito mais específico da ideia de biblioteca, pode ser útilmente recordado o facto que algumas evoluções qualitativas, na concepção e na organização interna desta instituição, maturaram em ambiente eclesiástico. Foi a Ordem Cisterciense, por exemplo, que realizou a primeira e significativa passagem de uma biblioteca de conservação quantitativa (a quantidade dos volumes concebida exclusivamente como bem patrimonial) para uma biblioteca de conservação qualitativa (a saber, que consiste numa específica selecção dos livros a recolher e a guardar). Outra viragem significativa produziu-se no âmbito da tradição das Ordens Mendicantes, quando as Bibliotecas foram objecto de uma atenção sistematicamente orientada para a racionalização do inventário e do depósito, em vista do estudo e da consultação.

De facto, dever-se-á esperar até ao Humanismo e ao Renascimento para que madurem as condições, destinadas a assumir estes impulsos até transformá-los em princípios organizativos e teóricos de carácter geral. E também aqui, algumas Bibliotecas eclesiásticas (Vaticana, Ambrosiana) distinguir-se-ão, entre as primeiras e mais prestigiosas Bibliotecas, no intento de unir o interesse pela colecta de uma vasto e precioso património bibliográfico, organizado com propósitos culturais e científicos de interesse geral, à acessibilidade por parte de um público cosmopolita, constituído por estudiosos interessados na fruição e na valorização do saber contido nos textos e não somente na preciosidade dos objectos recolhidos. Simultaneamente, o conceito mesmo que preside à aquisição e à colecta dos textos, torna-se mais amplo e significativamente enciclopédico: a biblioteca eclesiástica, ao lado dos textos que são referidos às tradicionais disciplinas teológicas, recolhe já, com igual assiduidade e cuidado, os clássicos latinos e gregos, os textos das disciplinas filosóficas e científicas, os documentos das culturas e das religiões, os monumentos da história e da arte dos vários povos e das mais diversas civilizações.

2.3. É possível assim delinear para a biblioteca eclesiástica, percorrendo as etapas da sua vicissitude característica, aqui apenas acenada, uma sua significativa «vocalização» a representar um lugar típico de confronto entre as diversas formas do saber. Isto, precisamente em razão do impulso universalista («católico»), que oferece um contexto à concepção cristã da busca da verdade, a qual comporta o interesse e a frequentação de todas as áreas da história e da cultura, nas quais a experiência dessa busca pareça praticada e documentada.

A recuperação desta objectiva «vocalização» histórica, que a biblioteca eclesiástica teve — além de favorecer a remoção de algum lugar comum que ainda alimenta o preconceito de quem quer ver a instituição eclesiástica fechada ao diálogo e à frequentação cultural ampla e isenta de restrições — pode certamente favorecer um empenho mais intenso e motivado naqueles que, na Igreja, são chamados a trabalhar naqueles preciosos laboratórios de cultura, como são as Bibliotecas eclesiásticas. Com efeito, estas foram, com muita frequência, ao longo da história da Igreja, centrais culturais de altíssimo perfil e ainda são capazes de ser válidos instrumentos para a cultura, em colaboração com outras instituições análogas.

2.4. Se esta é a verdade histórica que qualifica a origem, a fisionomia e a influência cultural e metodológica das Bibliotecas eclesiásticas — especialmente das grandes Bibliotecas recordadas anteriormente — é preciso também reconhecer que nem sempre foi querido nem possível manter todas as Bibliotecas eclesiásticas nesse nível. Alienações imprevidentes ou o confisco dos imóveis onde estavam guardadas; eventos bélicos repetidos; as ocorridas supressões de não poucas Ordens religiosas, com a consequente diminuição da consistência numérica das respectivas Bibliotecas; certas involuções de atitudes culturais, ou mesmo alguns descuidos e até algum desinteresse tornaram difícil a sobrevivência ou a funcionalidade de muitas Bibliotecas eclesiásticas.

É desejável que o despertar da consciência, acerca dos Bens culturais da Igreja e das Nações, produza um renovado impulso para dar outra vez vitalidade a esses centros de cultura e para os tornar ligados para um comum e respectivo serviço do

homem, superando tudo o que pode prejudicar, em definitivo, a universalidade do saber, contrastando o empobrecimento dos instrumentos culturais.

3. A Pontifícia Comissão para os Bens Culturais e as Bibliotecas Eclesiásticas

3.1. Como era recordado mais acima, os Sumos Pontífices e a Santa Sé têm-se aplicado bastante em animar o empenho pastoral e cultural da Igreja inteira pelo cuidado das Bibliotecas eclesásticas, criadas e diversos níveis e com objectivos diferenciados (A título de exemplo recordam-se alguns documentos do séc. XX: 1) Pio X, Carta Apostólica «Quoniam in re biblica», 27.III.1906, n. 18; 2) C.J.C. (1917), cann. 1495. 1497; 3) Circular da Secretaria de Estado, 30.XII.1902; 4) Circular da Secretaria de Estado, 10.XII.1907; 5) Circular da Secretaria de Estado, 15.IV.1923; 6) Circular da Secretaria de Estado, 1.IX.1924; 7) Congregação dos Seminários, Questionário enviado a 2.II.1924 e Circular de 10.III.1927; 8) Constituição Escola de biblioteconomia junto da Biblioteca Apostólica Vaticana (1934); 9) Pio XI, «Deus scientiarum Dominus», 24.V.1931, art. 48; 10) Congregação dos Seminários, Decreto 12.VI.1931, art. 45; 11) Congregação dos Seminários, Curso estivo para bibliotecários dos seminários, Setembro de 1938; 12) Biblioteca Apostólica Vaticana, Circular assinada pelo Card. Mercati, 1.XI.1942; 13) Pio XII, Exortação apostólica «Menti nostrae», 23.IX.1950, parte III; 14) Concílio Vaticano II, Decreto «Presbyterorum ordinis», cap. III, 19; 15) Congregação do Clero «De permanenti cleri institutione», 4.XI.1969, art. 22; 16) Congregação para a Educação Católica, «Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis», 6.I.1970, n. 27 e 94; 17) João Paulo II, Constituição Apostólica «Sapientia christiana», 15.IV.1979, art. 52-54; 18) C.J.C. (1983), Liv. III, tit. IV; 19) João Paulo II, Constituição Apostólica «Pastor bonus», 28.VI.1988, art. 99-104; 20) João Paulo II, Motu Proprio «Inde a Pontificatus Nostri initio», 25.III.1993).

Alguns eventos bélicos, que tornaram precárias tantas sedes de Bibliotecas, e a transformação global que investiu, nos últimos decénios, todas as instituições e o próprio modo de conceber a cultura e os meios para a assimilar, agravaram o problema da «salvaguarda-usufruto» dessas Bibliotecas.

E parece que tenha chegado o tempo em que ou se chega a uma recuperação e a uma renovada animação das mesmas, ou então se deve prever um irreparável declínio.

O Papa João Paulo II colheu a delicadeza deste momento, estabelecendo que o problema global da tutela — utilização — promoção de todos os Bens Culturais da Igreja — e por isso dos Bens Bibliográficos — fosse confiado não só a documentos exortativos ou a episódicas decisões autoritativas, mas fosse assumido como objecto próprio e estável de um Dicastério da Cúria Romana, de propósito e de maneira autorizada incumbido desse âmbito: a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

3.2. Nessa qualidade, esta Pontifícia Comissão tem o propósito — com o presente documento — ocupar-se especificamente das Bibliotecas eclesásticas.

3.3. Em cumprimento do próprio mandato — «Commissio Ecclesiis particularibus et Episcoporum coetus adiutorium praebeat et una cum iis agit»

(JOÃO PAULO II, Constituição Apostólica «Pastor bonus», 28.VI.1988, art. 102) — esta Pontifícia Comissão — sabendo que faz eco da voz explícita do Sumo Pontífice — dirige-se directamente aos Ex.mos Ordinários das Dioceses e aos Rev.mos Superiores-Gerais das Congregações Religiosas, para compartilhar a atenção e a preocupação pela sorte de todas as Bibliotecas eclesiásticas antigas e recentes (Episcopais, Capitulares, Paroquiais, das Universidades e Estudantados, das Ordens religiosas, de Instituições, de Associações e outras).

É necessário que — entre as preocupações pastorais — retorne a existir em plenitude a preocupação relativa aos instrumentos de evangelização e de cultura do povo de Deus, tais como as Bibliotecas eclesiásticas, favorecendo, desse modo, aquele «diálogo com a humanidade», que nestes instrumentos encontra, com muita frequência, o modo de se encontrar vitalmente com o «facto cristão» e com as raízes bimilenárias de uma cultura, sem a qual o mundo seria sem dúvida mais pobre.

Não é justificável relegar entre as atenções menores dos Pastores aquela aos Bens culturais, ou ceder à simplista e superficial convicção de que a «cura animarum» pode prescindir desses instrumentos, considerando-os um «luxo» e não um instrumento essencial para evangelização, também nas Igrejas de formação recente (cf. Concílio Vaticano II, Decreto «Ad gentes divinitus», 7.XII.1965, n. 21).

4. Orientações para a actividade inerente às Bibliotecas Eclesiásticas

4.1. É necessário que cada Diocese e cada Congregação Religiosa proveja — se já não o fez — a redigir um *inventário* e a determinar a diversa *tipologia* das Bibliotecas sob a sua responsabilidade, para chegar a uma consequente *planificação de intervenções*, concernentes, possivelmente, aos espaços necessários quer para os usuários das Bibliotecas, quer para o material bibliográfico existente, além de às previsões de regular aumento de fundos para compra de livros e aquisição de equipamentos de trabalho e de subsídio ao estudo.

Quando as distâncias constituíam uma dificuldade, era evidente que toda a biblioteca eclesiástica tentasse ser a mais completa e adequada às finalidades por que havia surgido. Agora que as distâncias são facilmente superáveis e a informatização permite, com grande facilidade, ajudas e intercâmbios, é mais fácil pensar numa planificação das Bibliotecas eclesiásticas, de maneira a torná-las mais qualificadas e mais utilizáveis no território.

Assim como nos diversos sectores da pastoral se tende a ter agentes qualificados, assim também deve ser no sector «Bibliotecas»: é necessário que o «ministério do Bibliotecário» retorne a existir em pleno vigor e honra na comunidade cristã, porque ele não é só alguém que presta um serviço, mas antes um animador da cultura e, indirectamente, da evangelização da Igreja, quando trabalha para o incremento do saber da Comunidade eclesial a que pertence, e para as investigações de quantos precisam de aprofundar os próprios conhecimentos. Também a própria formação profissional será, para ele, uma ajuda válida nesta sua missão de comunicar a cultura e de acompanhar, nos limites das possibilidades, as tentativas de quantos se aproximam do conhecimento profundo do pensamento cristão.

4.2. Certamente os Ex.mos Bispos diocesanos e os Rev.mos Superiores-Gerais das Congregações são os primeiros a desejar esse revigorecimento das suas Bibliotecas.

Esta Pontifícia Comissão quereria indicar a oportunidade de apressar essa retomada de interesse e de empenho, favorecendo a especialização de sacerdotes, religiosos e leigos destinados a assumir a tarefa, na medida do possível de modo estável, da direcção das Bibliotecas — bem como dos Arquivos e a animação dos Bens artísticos. Por este motivo, já há tempo actuam com sucesso e competência a Escola Vaticana de Paleografia, Diplomática e Arquivologia e a Escola Vaticana de Biblioteconomia, instituídas, respectivamente, junto do Arquivo Secreto Vaticano e da Biblioteca Apostólica Vaticana; para a mesma finalidade foi recentemente instituído o «Curso Superior para os Bens Culturais da Igreja» junto da Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma; está-se a trabalhar para incrementar as Associações das Bibliotecas Eclesiásticas das várias Nações, a fim de que também elas — possivelmente unidas em federação — possam ajudar-se reciprocamente para enfrentar os problemas que caracterizam este sector, e para oferecer uma periódica requalificação e actualização, a quantos já estão encarregados do serviço dessas mesmas Bibliotecas.

4.3. Parece que em muitas Igrejas diocesanas pode ter chegado o tempo para organizar uma «grande e única biblioteca da Igreja local», que constitui como que o lugar primordial mais dotado (e mais usufruído por todos) das principais obras antigas e recentes do pensamento cristão. Isto significaria reactualizar o espírito das antigas Bibliotecas eclesiásticas, ao serviço da Igreja e da Cidade, onde haurir os testemunhos mais autênticos e documentados da tradição e onde oferecer a mensagem que promana da cultura cristã. Além disso, este maior potenciamento dos recursos bibliográficos, postos juntos ao serviço da Igreja local, permitiria uma mais atenta e inteligente tutela, conservação e possível restauração dos livros antigos e de valor, tutela que se torna mais difícil quando estes bens preciosos se encontram espalhados aqui e ali, nas várias pequenas Bibliotecas.

Não nos passam despercebidos os múltiplos problemas que essa decisão pode provocar; mas parece que os tempos já estão a exigir da Igreja esta presença e este fermento cultural na «Cidade».

Acrescenta-se o facto que muitas pesquisas universitárias ou especializadas se orientam progressivamente para o bímilenário património cultural da Igreja.

4.4. Não devem, depois, ser transcuradas as Bibliotecas menores — as paroquiais ou associativas — que, muitas vezes, no passado, constituíram uma «verdadeira assistência escolar supletiva» de inteiras gerações, para as quais não era fácil o acesso a grandes obras e grandes fontes culturais, mas que, através das chamadas «Bibliotecas circulantes», puderam aprofundar o pensamento cristão e formar-se uma cultura de base discretamente sólida. Hoje, o aspecto dessas Bibliotecas parece evoluir para uma fisionomia de «pequenos centros de multimédia», onde o livro se cruza com outros subsídios que difundem a cultura.

Parece que um «Centro diocesano» eficiente e animado por Agentes para os Bens Culturais — tais como a Biblioteca, o Arquivo, as Obras de Arte — deveria saber empenhar-se pelo prosseguimento e a transformação das Bibliotecas paroquiais e associativas.

A propósito disso, deveria ser favorecido um constante e assíduo diálogo entre os Responsáveis nacionais das Associações das Bibliotecas Eclesiásticas e os

Editores de livros e de multimédia, de maneira a determinar e promover quanto se demonstra útil e necessário à cultura da comunidade cristã e quanto de positivo o «mundo católico» pode pôr em circulação, para um contributo à cultura dos respectivos Países.

Parece que uma planificação inteligente pode provocar um positivo incremento quer à divulgação, quer ao aprofundamento da cultura e da sábia editora, evitando repetições, preenchendo vazios e alimentando certas anemias de valores, de que sofre tanta publicidade actual.

4.5. Não pode ser descuidado um facto que investe a vida da Igreja em algumas Nações: isto é, a diminuição do clero e a consequente menor capilaridade de presença, em cada uma das paróquias ou instituições, dos Sacerdotes que eram os naturais garantes também da conservação e da animação das Bibliotecas paroquiais ou de associação. Daí resulta, com frequência, o empobrecimento ou até mesmo a inactividade dessas Bibliotecas.

Consideramos que não se deva resignar à fatalidade deste processo, mas que se deva fazer todo o possível para conservar todo o património bibliográfico de paróquias ou de instituições supressas, não raramente bastante precioso, provendo à sua salvaguarda ou mediante o agrupamento em Bibliotecas zonais ou de mais vasta escala, de quanto não está guardado ou corre o risco de se danificar; ou então, mediante a colocação, num único centro diocesano, dos patrimónios bibliográficos — diversamente inutilizáveis — a fim de que, além de serem salvaguardados, possam continuar a ser desfrutáveis e úteis.

4.6. No ano de 1992, como se recordava, esta Pontifícia Comissão considerou sua tarefa prioritária enviar uma carta cordial (que, porém, era também um delicado alarme sobre quanto na Igreja inteira tinha sido assinalado), referente ao problema da sensibilização dos futuros sacerdotes a respeito do papel dos Bens Culturais eclesiais na obra de evangelização e, por isso, a respeito das responsabilidades que lhes competem quanto a isto (Cfr. Carta circular aos Ex.mos Bispos, 15.X.1992).

Parece conveniente agora repetir esse apelo, recordando-o de maneira mais pontual:

- à valorização e conhecimento prático da utilização da Biblioteca, durante os estudos filosóficos e teológicos, que os seminaristas realizam;
- à importância das documentações bibliográficas e arquivistas, para se formar uma consciência sobre a identidade da própria Igreja universal: realidade que o futuro sacerdote não pode permitir que seja ignorada;
- à utilidade de Bibliotecas válidas na ordinária actividade pastoral do presbítero, na qual haurir matéria para os próprios estudos e para a qual orientar quantos, por sua vez, pedem que sejam aprofundados os próprios conhecimentos.

Desta sensibilização dos futuros presbíteros deve encarregar-se o Seminário que os está a preparar.

4.7. Pareceria maturo o tempo de as Conferências Episcopais poderem elaborar, para os Bibliotecários eclesiais das respectivas dioceses e para a sua Igreja Particular, um «Directório das Bibliotecas eclesiais», que sirva para

valorizar, diante de toda a comunidade eclesial, a tarefa «propriamente pastoral» que os bibliotecários (sejam eles presbíteros, religiosos ou leigos) realizam para a fermentação da cultura cristã e para o diálogo com as culturas; que oriente a complexa problemática doutrinal, jurídica e prática que envolve as Bibliotecas eclesiásticas; que dê orientações na relação com as Bibliotecas civis; que ajude para uma retomada mais vigorosa da utilização das próprias Bibliotecas.

Parece mais conveniente o aspecto «nacional» desse directório, antes que «universal», tendo em vista uma maior aderência às situações locais.

Isto não impede que as Conferências Episcopais tornem oportunamente presentes os respectivos problemas e sugestões a esta Pontifícia Comissão, a qual porá todo o esforço ulterior para servir a causa das Bibliotecas eclesiásticas.

4.8. A Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja julga seu dever fazer presente, aos Ex.mos Bispos e aos Rev.mos Superiores-Gerais, que trabalham em Igrejas de antiga constituição e de cristandade consolidada, um problema que poderia ser chamado de «biblioteconomia missionária». Isto é: em muitas Dioceses, onde a «plantatio Ecclesiae» ocorreu há pouco, não só não é possível criar adequadas «Bibliotecas diocesanas» — como se desejava mais acima — mas nem sequer «Bibliotecas eclesiásticas nacionais», uma vez que o encontrar fundos patrísticos e grandes colecções teológicas se torna muito difícil ou impossível.

Poderia então ser projectado pelas Igrejas — que possuem, às vezes, Bibliotecas eclesiásticas já não tanto aproveitadas ou utilizáveis — um envio de «fundos» importantes e fundamentais pelo seu conteúdo (tais como grandes obras filosóficas e teológicas, colecções e fontes patrísticas) às Igrejas em vias de desenvolvimento?

Parecia este um intercâmbio cultural e pastoral entre as Igrejas de significado relevante e capaz de dar novo valor a certas Bibliotecas, que se tornaram infecundas por causa do seu uso limitado.

Poderiam fazer-se promotoras desse intercâmbio cultural as Associações Nacionais dos Bibliotecários Eclesiásticos, de acordo com esta Pontifícia Comissão.

4.9. Como se sabe, o problema que investe a maior parte das Bibliotecas eclesiásticas é constituído pelos custos das aquisições do sempre novo património bibliográfico e da direcção das Bibliotecas mesmas, que necessitam de adequado e competente, e por conseguinte, estável pessoal.

Para as Bibliotecas menores — como as paroquiais e associativas — parece que se deve recorrer ao voluntariado, como noutras épocas se fazia de maneira louvável, haurindo da sensibilidade bem educada das comunidades cristãs, que tinham criado tais centros, tão significativos pelo seu contributo cultural.

Sendo, porém, essas Bibliotecas instrumentos de cultura para todos, e não exclusivos patrimónios das comunidades cristãs, parece que elas possuem todos os títulos para participar naqueles contributos, que as Comunidades Nacionais e Regionais ou locais estão a destinar para o incremento das Bibliotecas do território.

Para as grandes Bibliotecas eclesiásticas, parece que deve ser delineado — pelo menos nas Igrejas particulares, onde ainda não foi feito — um novo ou mais claro perfil «público» delas.

Acontece, para as Bibliotecas, como para os outros bens culturais eclesiais (Arquivos e Patrimónios de arte) que, se eles servem exclusivamente à comunidade eclesial, que permanece como a arbitrária absoluta dos mesmos, é difícil pensar que a Comunidade Nacional deve enumerá-los entre as instituições, as quais dar o necessário apoio.

Mas se a Igreja — embora permanecendo proprietária e responsável das próprias Bibliotecas — abre esse património a quantos desejam valer-se dele, parece legítimo que esse contributo de instrumentos e de animação cultural deve ser computado entre os Bens Culturais da Nação, aos quais é justo prestar o devido apoio económico e organizativo.

Julgamos que estes problemas são de grande interesse e empenho para as relações entre Conferências Episcopais, Governos Nacionais e Organismos internacionais.

4.10. Faz parte, enfim, das tarefas desta Pontifícia Comissão promover uma relação cada vez mais orgânica com a Comunidade Eclesial — oportunamente expressa por Associações Culturais Internacionais — e os Organismos Internacionais criados para a animação da cultura. Permitimo-nos pedir às Conferências Episcopais que facilitem essa tarefa, favorecendo a constituição de Associações Nacionais de Bibliotecas Eclesiásticas e a sua adesão a co-respectivas Associações continentais e internacionais, estando cónscias de que estas Instituições poderiam às vezes pedir colaborações empenhativas, por razões de co-responsabilidade e de tempo a dedicar-lhes, ao que será necessário oferecer a devida disponibilidade.»

Doc. 2

[Excerto da Carta da Pontifícia Comissão de Bonis Culturalibus Ecclesiae aos Superiores das Famílias religiosas, Roma 10 de Abril de 1994]

«Bens Culturais e Famílias Religiosas

Neste espírito, de conhecimento e de colaboração, parece-me imperioso e oportuno dirigir-me a todas as «Famílias Religiosas» da Igreja, como grandes promotoras de cultura e de arte ao serviço da fé e como guardas de uma parte importantíssima de patrimónios arquivísticos, bibliográficos, litúrgicos e artísticos da Igreja.

Faço-o por meio desta Carta, à qual confio antes de tudo a tarefa de transmitir à Sua inteira Comunidade o sentido do maior respeito e estima, devido a quanto ela fez no passado e faz, no presente, para conservar e valorizar esses Bens.

A iniciativa e o texto desta Carta circular têm a mais cordial adesão e aprovação da Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica.

Julgo indispensável dirigir-me a todas as Famílias Religiosas, para convocar idealmente cada uma delas a corresponder de modo adequado ao apelo do Santo Padre, a fim de «se tornarem 'magis magisque' cónscias da importância e da necessidade do património artístico e histórico da Igreja» a conservar, a valorizar e a continuar a constituir para o nosso tempo e para o futuro.

Por isso, desejo recordar de modo explícito as responsabilidades que as Famílias Religiosas têm para com os Bens Culturais da Igreja. Graças à estrutura comunitária da vida consagrada, os Religiosos apresentam um significativo e sempre novo testemunho dos particulares carismas dos Fundadores. A vida das comunidades, numa substancial fidelidade ao projecto originário, sabe adequar-se aos sinais das várias épocas e à índole do povo onde se enraíza, quer nos Países de origem quer em terras longínquas. Daí resulta que muitas Famílias Religiosas usufruem de um património espiritual, que se veio aos poucos a enriquecer e a organizar numa integração harmónica entre «nova et vetera».

No seio das Comunidades pode-se observar, com efeito, com interesse sempre renovado quanto o momento presente consegue amalgamar as instâncias mais diversas: do passado e da actualidade, da vida local e de modelos de outras culturas e sensibilidades, que são acolhidos num recíproco dom estreitamente ligado à missão evangelizadora, a qual, desde sempre, vê os Religiosos dinamicamente empenhados de modo forte. É verdade que algumas realidades foram acolhidas de maneira superficial, mas é inegável a sensibilidade, difundida nos ambientes religiosos, de se adaptarem aos outros e de acolherem os valores de outrem com as oportunas adaptações.

De toda esta operosidade católica e espiritual são testemunhos privilegiados os Bens Culturais. Eles, portanto, devem ser considerados não só como elementos de interesse antropológico e social, mas sobretudo como expressões significativas de uma fé, que cresce na Igreja e encontra expressões sempre mais conformes para manifestar a sua vitalidade interior. Nessa perspectiva, é preciso «reler» os Bens Culturais da Igreja: desde as majestosas catedrais aos minúsculos objectos, desde as maravilhosas obras de arte dos grandes mestres às mais pequenas expressões das artes pobres, desde as obras literárias mais penetrantes aos registos contáveis aparentemente áridos, que seguem passo a passo a vida do povo de Deus.

A Comunidade cristã sabe que, das fundações de novas Famílias Religiosas, derivaram-se para a Igreja não só novas experiências de espiritualidade ou de evangelização, mas também novos contributos de humanismo que tiveram repercussões esplêndidas no campo cultural, artístico, de construção e pedagógico. Basta pensar naquelas centrais de espiritualidade, de cultura e de arte que foram e são as Abadias e os Mosteiros.

Prova disto são também aqueles conventos, mais modestos nas formas, mas presentes de modo capilar nos quarteirões das cidades ou nos bairros periféricos, os quais se tornaram muitas vezes, além de escolas de vida espiritual, pontos de referência para cultura, arte, urbanismo, sociabilidade e civilização.

A Igreja ainda hoje interpela as Famílias Religiosas, e pede-lhes que não transcurem este aspecto do próprio empenho e do seu testemunho. Poderá talvez parecer secundário, a respeito da tarefa absoluta da vida evangélica e da obra evangelizadora. No entanto, cremos que ele seja um corolário intrínseco a essa tarefa: quando uma comunidade religiosa vive intensamente o próprio carisma, este irradia-se também nas formas visíveis da cultura e da arte, as quais são como que contagiadas pela intensidade espiritual dessas testemunhas.

A difusão capilar no mundo das Famílias Religiosas e a sua vida, que abraça também muitas gerações de fiéis testemunhas da vida evangélica, apresentam aos

próprios religiosos algumas perguntas e exigem a aceitação explícita de algumas responsabilidades.

Igrejas e edifícios

Uma intervenção reflectida é requerida hoje no complexo sector dos edifícios de culto e daqueles destinados à vida comunitária. Há muitos Países em que a diminuição das vocações exige um novo reagrupamento dos Religiosos e uma sua diversa distribuição que tem, como resultado, o fechamento e o abandono de centros outrora particularmente importantes para a Família Religiosa e para a vida eclesial. Noutros Países, ao contrário, a expansão repentina, e até há poucos anos imprevisível, da vida consagrada faz com que os Religiosos se encontrem na situação de ter de enfrentar situações diversas. Podem-se recordar, por exemplo, a necessidade de construir, a partir do zero, novas igrejas e edifícios para a vida comunitária, nas regiões onde a Igreja se constituiu há pouco tempo, ou então a urgência de reconverter os lugares de culto e de restaurar as casas religiosas, nos Países onde durante longos decénios esses espaços foram subtraídos aos seus legítimos proprietários, como ocorreu nas nações do Leste Europeu.

As situações muito diferentes entre si requerem intervenções apropriadas.

No que se refere aos espaços, que estão a ser abandonados por causa da crise vocacional, será conveniente que se projecte um programa de utilização, que tenha em consideração não apenas o factor económico (venda por melhor preço possível), mas sobretudo valorize o significado histórico e espiritual de cada uma das construções. Parece, portanto, urgente que não se precipitem algumas decisões acerca da alienação do património imobiliário, mas se tenha em consideração a finalidade própria de cada um dos edifícios, no esforço de manter íntegra a sua finalidade originária, sobretudo no que se refere aos centros litúrgicos. As vastas construções, que se encontram sobretudo nos países de antiga tradição cristã, sejam subtraídas a discutíveis especulações, mas sejam possivelmente tornadas disponíveis para acções sociais e culturais em favor da população, com a ajuda da qual, no passado, essas obras foram edificadas.

No caso de se tratar de recuperar edifícios há tempo em desuso, convém avaliar o sentido real dessa operação, que deve ser conduzida com extrema atenção, segundo uma clara hierarquia de valores que ajuda a estabelecer as prioridades das intervenções e a importância do esforço necessário. Não se trata de restaurar a qualquer custo quanto está reduzido a ruínas, para reafirmar um certo prestígio no âmbito de poderes estranhos à Igreja, é preciso, pelo contrário, saber afirmar a primazia do louvor a Deus sem esquecer os sofrimentos do seu povo, que traz cicatrizes visíveis das violências sofridas também nas igrejas e nas casas danificadas. Sábios administradores dos bens do Espírito, os Religiosos saberão encontrar múltiplas vias de intervenção para restaurar e construir, que não provoque ulteriores sofrimentos no povo cristão. Tanto mais conveniente será a restauração dos edifícios de culto, quanto mais for austera a recuperação das habitações.

Ao construir novos edifícios religiosos saibam investir toda a experiência espiritual, a sensibilidade social e o gosto estético que se desenvolveram na história da própria comunidade. As construções atenham-se ao carácter essencial, que

sabe conjugar ao mesmo tempo simplicidade e decoro, funcionalidade e beleza. As estruturas não ofusquem a mensagem evangélica, que as próprias construções são capazes de transmitir, quando são edificadas como testemunhos do espírito das bem-aventuranças.

As difíceis condições económicas podem, às vezes, impor a renúncia a todo o género de intervenção nos imóveis por eles conservados. Esta condição de pobreza encontra os Religiosos confiantes na Providência, que nada deixa faltar de quanto é necessário à vida quotidiana. Pobres, saibam ajudar quem está em condições de maior e mais sofrida pobreza, dando assim também um acreditável testemunho da primazia de Deus e dos valores espirituais, em um mundo que facilmente se deixa arrastar por outros princípios.

Material de Museu: desafio a reencontrar as próprias raízes

Os edifícios de culto e as próprias casas religiosas, com o passar do tempo, tornaram-se espaços onde foram recolhidos inúmeros testemunhos da fé vivida pelas diversas comunidades: alfaias e instrumentos musicais para o culto, telas e esculturas, minúsculos e grandes objectos da civilização quotidiana sofreram vicissitudes alternas. Noutras comunidades, já há tempo, procedeu-se a uma adequada sistematização do material em locais adequados. Extremamente positivo é o esforço para inserir essas realidades num contexto didáctico, que ajude os Religiosos mesmos e os visitantes desses equipamentos a percorrerem a história de uma Família Religiosa nas vicissitudes da vida quotidiana, no interior da comunidade e no empenho apostólico. Atenção particular será dirigida aos paramentos litúrgicos; no limite do possível e segundo a oportunidade, encontrem uma utilização periódica nas celebrações e, em todo o caso, se tenha um sumo cuidado deles em conservá-los, como foi o desvelo em prepará-los.

Todo o material que entra na categoria museológica seja recolhido e conservado com cuidado. Depois de um primeiro levantamento, proceda-se a um inventário geral e pormenorizado, segundo os critérios metodológicos das hodiernas disciplinas de museologia, sem transcurar nenhum levantamento importante como é, por exemplo, uma exaustiva documentação fotográfica.

Segundo as situações concretas, sobretudo a fim de prevenir deteriorações irreversíveis e o perigo de alterações e/ou furtos, é prudente por vezes recolher todo o material, espalhado em várias casas periféricas, em um único ou mais centros a nível provincial ou nacional. Nesta delicada operação se evite, contudo, causar dano às casas periféricas, tirando preciosidades particularmente significativas para a história local.

A conservação do material museológico não persegue unicamente e de modo prevalecente um interesse arqueológico, mas exprime sobretudo o desejo de conhecer melhor as raízes da própria história humana e religiosa. Nessa perspectiva, o cuidado dos objectos de arte artesanal e da arte cultivada sensibiliza as consciências ao enfrentar, hoje, tanto as complexas condições sociais como as desafiantes exigências evangélicas: somente na fidelidade à própria matriz cultural e espiritual é que se pode abrir a experiências renovadas de humanidade e de fé, que sempre requerem o contributo criativo do coração e da mente.

Material arquivístico: Na escola da história

Muito material, disperso em tantas casas religiosas do mundo inteiro, entra na categoria do património arquivístico. O apoio, prevalecente de papel, desses objectos torna-os particularmente vulneráveis e perecíveis. Tanto maior será por isso a atenção a este «mundo», que documenta a história vital e a expansão da Igreja, mãe de inúmeros filhos que reúne na unidade da fé.

De acordo com a fisionomia específica de cada uma das comunidades — inseridas nos centros sociais e com particulares funções pastorais, ou então situadas em um ambiente claustral de solidão — diferencia-se, de lugar para lugar, a natureza do material que em todo o caso deve ser inventariado, recolhido, ordenado, estudado e tornado acessível a quantos aprofundam as pesquisas arquivísticas. Desde as fichas de profissão aos livros das matrículas, desde os actos capitulares às crónicas de cada casa, desde os registos contábeis aos inventários patrimoniais, desde os registos anagráficos às meticulosas e pontuais sinalizações da praxe sacramental: o material de arquivo oferece o fio condutor, que permite seguir de maneira concreta as vicissitudes de cada uma das casas e de uma inteira Família Religiosa, através do seu crescer e das suas crises, das suas expansões geográficas e das suas reduções devidas a vários factores.

O material arquivístico presta-se, portanto, a uma inteira série de análises interdisciplinares (da paleografia à estatística, da sociologia às ciências da comunicação, da demografia à economia) que realizam o horizonte histórico, no qual se situa a vida religiosa. E é na escola da história que o Religioso redescobre as sugestões do Espírito, que sempre chama ao apostolado da evangelização e da adoração silenciosa. Para além de uma difundida impressão, o arquivo das Comunidades Religiosas não é um lugar onde nos refugiamos no passado, mas é o espaço em que nos abrimos ao futuro.

A fim de que esse programa se possa realizar, é preciso examinar a oportunidade de concentrar em algumas sedes apropriadas o material e torná-lo acessível também à distância, graças aos processos de reprodução fotográfica ou por computação. Extremamente profícua é a colaboração entre as várias instituições interessadas, colaboração que abrange uma ampla gama de possibilidades: do intercâmbio de informações à redacção de um comum banco de dados.

Material bibliográfico: linfa de vida nova

Outro sector de vivo interesse são as colecções do material bibliográfico das Famílias Religiosas. Esse material é outro espelho que reflecte, em profundidade, os empenhos religiosos e culturais da Igreja. Este sector compreende uma vasta gama «de testemunhas»: dos códices medievais em pergaminho às mais recentes publicações impressas, dos antigos apontamentos escolásticos e colecções de escritos epistolares, dos volumes manuscritos de reflexões aprofundadas nos vários campos da investigação teológica e científica às colecções eruditas de compilação, de desenhos e perspectivas arquitectónicas e partituras com as músicas compostas para grandes capelas e para lugares mais simples e populares.

O material bibliográfico, embora nas suas tão diversificadas articulações, apresenta o esforço de fazer frutificar os talentos que Deus concedeu aos seus fi-

lhos, num caminho à procura do seu rosto. É todo um trabalho paciente e secular que destila a ciência humana até transformá-la em sabedoria das coisas de Deus, numa profissão de fé esclarecida pelas especulações intelectuais e cantada pela música sacra. As bibliotecas não recolhem apenas material coberto de pó destinado ao esquecimento; elas escondem tesouros de experiência cristã, vivida e comunicada através da palavra escrita. Não se trata tanto de encher estantes, mas de colmar o coração bebendo da sabedoria dos padres e das mães na fé, linfa de vida nova, num itinerário de aprofundamento cultural que é parte integrante do caminho de actualização pessoal e comunitária, para o crescimento do indivíduo e da família inteira.

Também o material bibliográfico deve, portanto, ser individualizado, inventariado, eventualmente restaurado e tornado acessível. As colecções bibliográficas das Ordens religiosas mais antigas devem ser actualizadas e integradas com obras análogas mais recentes, que permitam ter a devida actualização. Devem ser favorecidas as colecções centrais, como no caso dos arquivos e de igual modo para o património bibliográfico. Também para o material bibliográfico deve-se favorecer toda a forma de colaboração entre as casas da mesma família e entre as diversas instituições eclesiais.

Perspectivas operativas

No plano imediatamente operativo abrem-se, como já se acenou, várias perspectivas que deveriam ser concretizadas, em parte, por cada uma das Famílias Religiosas, em parte, por entidades interreligiosas:

1) Parece importante e necessário que as «mutuae relationes» entre Bispos e Religiosos, e portanto, entre Dioceses e Famílias Religiosas, se realizem de modo eficaz neste terreno dos Bens Culturais.

Isto poderá efectuar-se:

- procurando o máximo de convergência e de sintonia com as normas e as orientações das Conferências Episcopais Nacionais e Regionais, bem como de cada uma das Dioceses;

- oferecendo cordialmente os patrimónios de arte, de história e de cultura, que as Instituições dirigidas pelos Religiosos possuem, à inteira Comunidade Cristã, a fim de que esses Bens possam irrigar ainda a fé e a cultura do Povo de Deus, preenchendo uma certa separação que pareceu interpor-se entre o homem de hoje e a grande tradição de pensamento e de arte que havia ligado, nos séculos passados, a fé cristã e a cultura dos Povos;

- inserindo, no circuito vital dos cultores do pensamento e das artes, aqueles Religiosos que tivessem particulares atitudes quanto a isto, de maneira a reconstruir aquelas pontes ideais entre os que derivam da fé a afinação do seu saber, como os Religiosos, e quantos procuram a verdade no seu estudo e na sua experiência artística; a nenhum de nós, com efeito, é consentido fechar-se no próprio particular, sem se abrir à vida total da Igreja e da humanidade.

2) Por isso nos parece importante resolver a questão das pessoas directamente interessadas nos Bens Culturais. Nesse sentido, devem ser favorecidas, sobretudo, aquelas vocações artísticas e culturais que Deus suscita para o bem de cada um dos Institutos Religiosos e da Igreja inteira. O verdadeiro interesse pelos Bens Cul-

turais do passado é testemunhado pelo cuidado com que hoje, na Igreja, se promove uma renovada tradição cultural, que abraça todos os âmbitos dos Bens Culturais históricos. É preciso fazer todo o possível, a fim de que a fé e as culturas dos cristãos e dos religiosos de hoje se possam traduzir em actuais expressões de arte cristã e em adequados testemunhos históricos.

3) Além disso, devem ser preparadas com seriedade profissional as pessoas que cuidam da guarda dos Bens Culturais do passado, não simplesmente para uma conservação inerte, quanto mais para uma consciente e imperiosa valorização do património. Esses especialistas nos vários sectores dos Bens Culturais poderão, depois, intervir de modo positivo na formação e na instrução dos jovens Religiosos, a fim de que mature neles uma viva responsabilidade por todas as expressões culturais da fé cristã.

4) Como tivemos oportunidade de escrever, há dois anos, às Superiores e aos Superiores que têm Casas Generalícias em Roma, foi criada, junto da Universidade Gregoriana em Roma, uma Escola Superior para Operadores nos Bens Culturais da Igreja, com o intento de pôr à disposição dos Sacerdotes, Religiosos e Leigos interessados, um Organismo que pudesse prepará-los para o delicado e específico sector da conservação e da animação dos Bens Culturais. Essa Escola está já no terceiro ano; e parece possível hipotizar, não distante, a transformação em verdadeira e própria Faculdade ou Departamento para os Bens Culturais. E pensa-se que, em seguida e com base na experiência desta primeira, possam depois abrir-se escolas semelhantes noutras partes da Igreja. Mas queríamos pedir aos Religiosos que não transcurassem esta ocasião, que pode consentir enviar a Roma os seus Coirmãos, como eventuais encarregados do sector ou da Arte Sacra, ou dos Arquivos e Bibliotecas ou do ensino relativo a essas disciplinas ou à animação do património cultural da respectiva Ordem.

5) Nas programações económicas dos Institutos religiosos, não se pode ignorar o problema dos Bens Culturais: a sua valorização, tanto no plano da conservação como da fruição, constitui, entre outras coisas, um seguro investimento financeiro. Mas o cuidado do património transcende os confins da economia e faz-se participação nas vicissitudes das obras e dos seus artífices, numa comum e renovada experiência de fé.

6) Nessa linha se põem todas as intervenções necessárias para dar um espaço aos Bens Culturais: a coordenação e os entendimentos no interior da Igreja com as outras Instituições diocesanas ou zonais, como também os eventuais acordos com as competentes administrações civis; a programação comum entre os Religiosos e com as Igrejas locais, a nível de pesquisa, tutela, conservação e fruição do património do passado, e de produção para as obras actuais. Em todo o caso, a colaboração deve ser entendida como empenho activo e não como mero regulamento de confim de competência, por assim dizer, ciosa de cada uma das «partes interessadas».

7) Em particular:

- recordamos a urgência de uma investigação actualizada, também fotográfica, de quanto cada casa religiosa possui;
- seja redigida a documentação necessária à compreensão do material (origem, proveniência, uso, contexto socio-ecclesial);
- todo o Instituto Religioso aprofunde e certifique, mediante apropriados instrumentos de pesquisa, o próprio caminho histórico no contexto da mais ampla

história da Igreja e da sociedade, com atenção particular à obra evangelizadora e à presença orante, que marca a primazia de Deus na vida da Igreja;

- toda a Família Religiosa tenha um ou mais centros de documentação do próprio património artístico e histórico, de modo tal que possa utilizá-lo maiormente e realize a sua constante promoção. (...)».



EXPOSIÇÃO «ENCONTRO DE CULTURAS» (Mosteiro de S. Vicente de Fora, 13.07 a 31.12.1994)

Um ponto de partida

Foi tão vasta e diversificada a acção missionária portuguesa ao longo de oito séculos que será sempre difícil transmiti-la, com rigor histórico, numa breve síntese temporal e espacial.

A questão maior que se nos pôs, ao comissariado da Exposição «Encontro de culturas», consistiu não tanto na selecção de documentos manuscritos e impressos (dado que existe em Portugal um excelente espólio), mas a escassez de objectos significativos.

De uma maneira geral e sobretudo até ao final do século XIX, nunca foi característica dos organismos oficiais do nosso País preocuparem-se com a recolha de testemunhos materiais relacionados com factos históricos. Se são reduzidas as colecções relacionadas com altos servidores da Pátria, em postos governamentais, militares ou eclesiásticos, compreendemos serem diminutos ou inexistentes os objectos relacionados com aqueles que partiam apenas com objectivos espirituais. Todo o contributo civilizacional em que se empenhavam, por ser pressuposto da eficácia da sua acção evangelizadora, permanecia no local; ao regressarem ao «Reino», raramente traziam espólio significativo.

Contou-nos um visitante da Exposição que, quando foi com a família à doca de Lisboa esperar um tio avô que partira há quase 50 anos para Timor como missionário, teve a preocupação de levar um carro grande para transportar toda a bagagem que trouxesse; afinal, este apenas trazia consigo uma pequena pasta, mais nada. Os haveres ficaram no local a que dera o melhor da sua vida, sem a menor preocupação em a memorizar.

Teremos que ir através dos quatro continentes, interrogando as actuais gerações, cujos antepassados eles catequizaram, se quisermos conhecer os testemunhos materiais representativos da extensíssima obra missionária portuguesa.

Por este motivo, foi, logo de início, preocupação nossa sensibilizar os Países africanos de língua portuguesa para o empréstimo de alfaia litúrgica do período colonial; retratos de prelados ilustres, paramentos, esculturas e outras peças viriam completar o conjunto exposto, tendo colaborado na recolha todas as Dioceses do nosso País.